

Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul

Relatório Anual da Lei de Acesso à
Informação

2024



Elaboração

Ouvidor

Mateus Cidral Machado

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DEMANDAS	4
- VISÃO GERAL	4
- TEMPO DE RESPOSTA	5
- ASSUNTO	6

APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar uma análise detalhada dos atendimentos realizados no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI) durante o ano de 2023. A LAI, instituída pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e estabelece procedimentos para que qualquer pessoa, física ou jurídica, possa requerer e obter informações dos órgãos e entidades públicas.

O relatório é dividido em seções que cobrem os seguintes aspectos:

Visão Geral dos Pedidos de Informação: Apresenta um panorama quantitativo dos pedidos de informação recebidos, atendidos e recusados, destacando as principais áreas demandadas e o perfil dos solicitantes.

Análise dos Tempos de Resposta: Avalia o desempenho dos órgãos e entidades no cumprimento dos prazos estabelecidos pela LAI, identificando eventuais atrasos e propondo medidas para melhorar a eficiência no atendimento.

Natureza das Informações Solicitadas: Classifica os tipos de informações mais requisitadas, oferecendo insights sobre as áreas de maior interesse público e transparência governamental.

O presente relatório busca não apenas cumprir com as exigências legais de transparência e prestação de contas, mas também fornece uma ferramenta de gestão que permita aos gestores públicos identificar pontos de melhoria e promover um ambiente de maior abertura e participação cidadã.

DEMANDAS

Visão Geral

Durante o ano de 2024, a Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul recebeu **51 SOLICITAÇÕES DE PEDIDOS DE INFORMAÇÃO** no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI). Estas solicitações refletem o interesse e a participação ativa da população na busca por transparência e informações públicas. Os dados coletados foram analisados para entender melhor o perfil dos solicitantes e a natureza das informações requisitadas, contribuindo assim para aprimorar os processos de atendimento e resposta aos cidadãos.

TEMPO DE RESPOSTA

Todas as solicitações foram respondidas dentro do prazo estabelecido pela lei, que é de 20 dias. Este resultado demonstra o compromisso da Câmara com a transparência e a eficiência no atendimento ao cidadão, garantindo que as informações públicas sejam acessíveis de maneira rápida e eficaz.

ASSUNTO

Das 51 solicitações recebidas no ano 2024, 68% foram referentes ao poder legislativo municipal, enquanto o restante, 32%, tratou de informações relacionadas ao poder executivo.

As solicitações relacionadas ao poder legislativo municipal geralmente envolvem informações sobre a elaboração, aprovação e execução de leis e regulamentos municipais. Isso inclui detalhes sobre sessões legislativas, atas de reuniões, projetos de lei em tramitação, votações, audiências públicas e outras atividades legislativas.

Por outro lado, as solicitações referentes ao poder executivo municipal dizem respeito à implementação e gestão das políticas públicas, administração dos recursos municipais, prestação de serviços à comunidade, contratos públicos, licitações, planos e relatórios de governo, entre outros aspectos da gestão administrativa do município.